

## O PODER LEGALIZADO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA NO SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO (DÉCADAS DE 1960-70) <sup>1</sup>

Nataniél Dal Moro  
Doutorando em História - PUC-SP, Bolsista da CAPES

**RESUMO:** O presente artigo objetiva explicitar algumas das ações empreendidas pelo poder legalizado, sobretudo via governo federal, notadamente nas décadas de 1960 e de 1970, para integrar o oeste ao leste do Brasil. Essa integração foi bastante ampla, entretanto, este texto aborda com maior ênfase as integrações econômicas e demográficas.

**PALAVRAS-CHAVE:** poder legalizado, crescimento econômico, aumento demográfico.

**ABSTRACT:** This article aims at explaining some of the measures taken by the legalized power, especially by the federal government, notably in the 1960 and 1970 decades, to integrate the Brazil western with the eastern. This integration was very wide; however, this work approaches more emphatically the economic and demographic integrations.

**KEY-WORDS:** legalized power, economic growth, population growth.

### Introdução

No decorrer das décadas de 1960-70 o sul do Estado de Mato Grosso, espaço territorial que a partir do dia 11 de outubro de 1977 passou a compor o Estado de Mato Grosso do Sul <sup>2</sup>, foi palco do avanço de duas fronteiras, quais sejam: a agrícola e a demográfica. A primeira viabilizou a transformação de milhões de hectares de Cerrado em terras altamente produtivas e, além disso, “vitimou” inúmeros trabalhadores rurais.

---

<sup>1</sup> Parte deste texto foi apresentada inicialmente como comunicação no I Simpósio de Pesquisa Estado e Poder, realizado no mês de agosto de 2007 na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Campus de Marechal Cândido Rondon.

<sup>2</sup> O Estado de Mato Grosso do Sul (MS) foi criado pela Lei Complementar n° 31, de 11 de outubro de 1977, assinada pelo então General-Presidente Ernesto Geisel (MATO GROSSO DO SUL (Estado),

A segunda, por sua vez, produziu impactos não menos expressivos, que foram sentidos muito mais nas zonas urbanas do que nas rurais, tendo em vista que os sujeitos expulsos do campo e os que migraram em busca de trabalho rural e que não conseguiram se fixar no campo, acabaram por aumentar a população empobrecida das cidades, em especial as de maior porte da Região Centro-Oeste do Brasil, como Goiânia, Cuiabá, Brasília, Campo Grande, Dourados, Rondonópolis, Rio Verde, Catalão e Sinop. Pode-se dizer que esta realidade é parte integrante do processo de expansão do capitalismo no Brasil e no mundo.

### **Revolução Verde e transformações na realidade produtiva**

Não há como negar que na segunda metade do século XX o mundo viveu uma intensa transformação na forma de trabalhar a terra e por meio dela produzir mais alimentos. Espaços outrora desconsiderados do ponto de vista produtivo foram incorporados à economia rural e passaram a viabilizar uma produção quantitativa muito expressiva que, por sua vez, viabilizou uma vida urbana com menos percalços alimentares.

Sem dúvida as contribuições do que se chama de Revolução Verde foram fatores de significativa importância para o aumento da produção e da produtividade agrícolas. A Revolução Verde pode ser entendida como a transformação ocorrida no campo agrícola, sobretudo a partir da década de 1960, momento em que passam a ser utilizados com mais intensidade e em escala comercial um conjunto de produtos, tais como insumos agro-químicos, para aumentar a produção.

Também não se pode negar que, de fato, ocorreu expressivo aumento da produtividade. Locais que antes da Revolução Verde produziam, por exemplo, 20 sacas de soja passaram a contabilizar o dobro e até o triplo dessa quantidade no mesmo espaço de terra. A mecanização das lavouras também contribuiu para alavancar os índices de produção e de produtividade agrícolas.

---

1979: 3). A Unidade Federativa é cortada no extremo sul pelo trópico de Capricórnio e está localizada na Região Centro-Oeste do Brasil. A extensão territorial é de quase 360.000 km<sup>2</sup>. Faz fronteira internacional com as nações do Paraguai e da Bolívia. Limita-se ao norte com os Estados de Mato Grosso e de Goiás. Ao sul com o território do Paraguai. A leste com os Estados de Minas Gerais, de São Paulo e do Paraná. A oeste faz fronteira com a Bolívia e com o Paraguai. Os principais rios são: Paraguai, Paraná, Paranaíba, Miranda, Aquidauana, Taquari, Negro e Apa.

No Estado de MS, que durante a maior parte da década de 1970 era sul de Mato Grosso, teve sua dinâmica econômica alterada por causa dos progressos advindos da Revolução Verde, qual seja, o avanço da fronteira agrícola do leste para o oeste do Brasil.

Até a década de 1960 o sul de MT tinha a bovinocultura como principal atividade produtiva, embora existissem várias outras, tais como a cafeicultura e a erva-mate (MORO, 2004). Na medida em que houve crescimento do fluxo migratório, programas federais, estaduais e até municipais de incentivo à ocupação produtiva do território, cada vez mais alterações ocorreram na economia da região sul de MT (MORO, 2006b).

Embora a pecuária bovina continuasse como produto-chave, a agricultura de comercialização passou a ocupar cada vez mais espaço. A cultura da soja, ou seja, do “ouro verde”, exemplifica muito bem essa realidade. A construção de armazéns e a pavimentação de estradas corroboram para demonstrar o apoio governamental para esta atividade econômica.

Por meio dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), sobretudo o II, foram postos em prática o Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (PRODOESTE), o Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), dentre outros. Esses Programas, por sua vez, transformaram milhões de hectares em verdadeiros tapetes verdes, algo que muito contribuiu para equilibrar/reequilibrar a balança comercial brasileira em razão da Crise do Petróleo (1973-74).

### **Poder legalizado e re-ordenação econômica**

A política empreendida pelo poder federal brasileiro no decorrer do século XX alterou substancialmente a realidade do espaço ora denominado de Região Centro-Oeste do Brasil. Getúlio Vargas, por meio da Marcha para o Oeste, Juscelino Kubitschek, através do Plano de Metas e da construção de Brasília e, em especial, os presidentes-militares, que implementaram a política de integração do território nacional, tendo como base para isso vários Planos Nacionais de Desenvolvimento, re-ordenaram política, social, econômica, cultural e ambientalmente o cotidiano de milhões de pessoas (MORO, 2005).

O período de maior transformação foi de meados da década de 1960 até o final dos anos da de 70. A criação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), em 1967, é um marco nesse processo. A partir de então foram postos em ação inúmeros Planos e Programas.

Entre o I PND (1971-74) e o II PND (1975-79), seguramente o segundo foi o de maior relevância para transformar a região sul do Estado de Mato Grosso, atual Estado de Mato Grosso do Sul. Vale frisar ainda a existência do Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste (PLADESCO), que vigorou de 1968 a 1970. Os objetivos centrais deste Plano eram: expandir os mercados e ampliar a produção de produtos minerais e vegetais, tais como ferro e soja (ABREU, 2001: 86-98).

O II PND tinha como objetivo estimular o desenvolvimento regional, tornando a Região Centro-Oeste uma área de ocupação produtiva do ponto de vista do capital, tanto do nacional como do internacional. Infelizmente a preocupação com a questão ambiental não foi significativa: milhões de hectares de mata nativa foram desmatados, nascentes passaram a ser área agricultável, queimadas eram e continuam sendo constantes na paisagem da região. Pesquisas indicam que no Brasil

[...] 75% das emissões de gases efeito-estufa são provenientes das mudanças de uso da terra, dentre estas as que mais se destacam são as queimadas que ocorrem principalmente no cerrado e nas bordas da floresta. Hoje, a expansão da área plantada com soja é uma das principais causas do desmatamento das florestas do estado do Mato Grosso (BERMANN, 2008: 23).

Ademais, com o II PND ficou mais delimitada qual era a política de desenvolvimento escolhida pelo governo federal para esse espaço, qual seja, a de que o mesmo tinha que produzir alimentos (cereais, sobretudo soja), matérias-primas para serem exportadas, receber correntes migratórias das Regiões Sudeste e Sul do Brasil, servir de local para a instalação de agro-indústrias e ter infra-estrutura de transporte, notadamente a rodoviária para interligar as Regiões Sudeste e Sul, via Centro-Oeste, com a Região Norte. Essas condutas possibilitaram a expansão da fronteira agrícola e o aumento demográfico no oeste do Brasil.

Para questões mais pontuais foram criados os Programas Especiais, diretamente ligados aos objetivos dos PND que estavam, de uma forma ou outra, incumbidos em tornar o Brasil um país exportador de matérias-primas para as nações mais industrializadas.

Entre 1971 e 1974 vigorou o Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (PRODOESTE). Esse Programa Especial teve como política norteadora a de realizar a integração do território nacional via pavimentação da malha rodoviária. Ao empreender essa política o poder federal tinha como objetivo melhor interligar as principais áreas de produção agro-pecuária do Centro-Oeste com as Regiões Sul e Sudeste. A atual BR-163, a BR-262 e a BR-267 são exemplos dessa política.

Na década de 1980, por meio do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), foi reestruturada e pavimentada a BR-364, ligando Cuiabá (MT) ao Município de Porto Velho, no Estado de Rondônia. O espaço compreendido pela BR-364 era considerado como sendo um “deserto humano”<sup>3</sup>. A conclusão da pavimentação da BR-364, a popular Rodovia Marechal Rondon, ocorrida em setembro de 1984, era o meio mais viável para povoar e ocupar produtivamente aquele espaço, em especial com os sujeitos do leste do Brasil.

De fato, a ocupação não foi pouca. “A cada 24 horas, 300 forasteiros avançaram pelos 1442 quilômetros da estrada, setenta casas foram concluídas nas cidades às suas margens, um novo posto de gasolina tomou forma, uma escola ficou pronta.” (KUCK, 1984: 88). Esse relato sinaliza com bastante propriedade o quanto o poder público federal e as demais esferas políticas, por meio de variados projetos, nesse caso o da pavimentação de uma rodovia, interferiram na vida da população brasileira.

O Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN), que foi posto em prática de 1975 até 1979, tinha como objetivo dinamizar a produção agrícola na região chamada de Grande Dourados, que agrupava, inicialmente, mais de 20 municipalidades.

Vejam as municipalidades integrantes do PRODEGRAN: Amambai, Anaurilândia, Antonio João, Bataguassu, Bataiporã, Bela Vista, Caarapó, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Ivinhema, Jardim, Jateí, Maracaju, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã, Rio Brillhante e Sidrolândia.

A produção agrícola, em muitos locais extremamente mecanizada e assistida pelas mais modernas tecnologias e insumos agro-químicos, foi exportada e/ou serviu de matéria-prima para agro-indústrias estaduais e nacionais (ABREU, 2001: 172-188).

---

<sup>3</sup> Expressão contida na matéria denominada O Oeste mais perto (KUCK, 1984: 90).

Já o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), existente entre 1975 e 1979, incorporou novas terras e/ou terras ocupadas pela agricultura não-mecanizada ao processo produtivo. As terras eram as do Estado de Mato Grosso e de parte do Estado das Minas Gerais.

O POLOCENTRO aumentou efetivamente a produção e a produtividade agrícolas nas terras de Cerrado, bem como dotou as áreas de infra-estrutura de transporte, de energia, armazéns e locais de comercialização dos produtos, tais como a soja e o milho (ABREU, 2001: 190-193).

Vale frisar que a incorporação de terras e o aumento da produção e da produtividade não se deram sem a contribuição do conhecimento científico. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) foi elemento-chave para concretizar os objetivos do POLOCENTRO, bem como a assistência técnica fornecida aos produtores rurais que, em geral, eram de médio e/ou grande portes. Houve também o Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso (PROMAT) e o Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (PROSUL).

No entender de José Graziano da Silva (1982), este modelo de desenvolvimento só foi possível devido a existência de uma ditadura militar no Brasil, grandemente apoiada por setores da burguesia nacional. A política efetivada nesta época, em especial nos anos da década de 1970, produziu uma ocupação sistemática de certas áreas territoriais; muitas foram transformadas em lavouras monocultoras.

Os conflitos, nestes locais, não foram poucos. Segundo José de Souza Martins (1997), as áreas de fronteira são locais de alteridade e também de conflitos por interesses diversos, tendo em vista que abrigam, e/ou passam a ter, pessoas e grupos sociais de variadas formações sócio-culturais. Nelas, as tensões e os confrontos de temporalidades históricas se fazem visualizar de forma mais pronunciada.

O projeto de modernização agropecuário em questão é um exemplo de temporalidade histórica que, por sua vez, se confrontou com um outro Brasil, que, em síntese, representava o atraso, a não-modernidade do território nacional. Realidade esta que devia, no entender de inúmeras autoridades militares e civis, ser eliminada. A tarefa, no entanto, não era muito fácil.

Até o início da década de 1980 não havia muitos silos e armazéns nos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Raros também eram os motoristas de carretas que iam para as cidades localizadas além de Cuiabá, pois não havia estradas pavimentadas e o risco de ficar atolado ou até mesmo do caminhão ser danificado era, em geral, bem significativo. A infra-estrutura para arrumar os veículos era muito limitada.

A produção agrícola/comercial da época calcava-se, no caso das municipalidades ao norte do Estado de Mato Grosso, basicamente nas culturas do milho e do arroz, que na maioria das vezes tinha como comprador majoritário o próprio poder público federal. O arroz, para exemplificar, era armazenado no chão mesmo, envolto por lonas.

Justamente pela falta de locais para armazenar os grãos de soja e igualmente pela falta e/ou precariedade das estradas pelas quais pudessem chegar calcário, outros insumos e maquinários, bem como ser escoada a produção, é que a cultura da soja só veio a ser desenvolvida de forma mais plena no norte de MT no decorrer da década de 1980.<sup>4</sup>

O apoio do poder público federal foi de extrema valia para povoar a região com a presença de agricultores e desenvolver a economia da porção norte de Mato Grosso. O Projeto Canarana, conforme mostrou Iselda Corrêa Ribeiro (1987: 59-73), faz parte dessa história. A criação do Município de Canarana, em 1979, também é fruto dessa política de colonização que incentivava o avanço da fronteira agrícola sobre terras do oeste do Brasil.

Este apoio do poder público foi essencial também para povoar algumas regiões do Estado do Pará. Na década de 1990 a fronteira agrícola brasileira alcançou sobretudo terras do sul (Municípios de Redenção e de Conceição do Araguaia) e do leste (Município de Paragominas) deste Estado.

Paragominas exemplifica bem esta situação. As culturas da soja e do milho, além da do arroz, obtiveram produtividade expressiva neste território: quase o dobro da produtividade alcançada em outras terras do oeste brasileiro, além da vantagem de não necessitarem de tantos produtos para corrigir o solo visando o plantio de culturas agrícolas.

Alguns agricultores colhiam 28 sacos de arroz por hectares em Mato Grosso; migraram para terras paraenses e passaram a colher 46 sacos desta cultura por hectare. “As primeiras colheitas sinalizam uma produtividade em cerca de 50 sacos por hectare para a soja e de 90 por hectare para o milho.” (FERREIRA; SOUZA; PASSOS, 1998: 20).

---

<sup>4</sup> Informações obtidas por meio de uma conversa com o Sr. Natalim Dal Moro, no dia 6 de janeiro de 2009, na cidade de Campo Grande-MS. O entrevistado é caminhoneiro desde a década de 1970.

---

### Poder legalizado e re-ordenação demográfica

Todos esses Programas Especiais, se bem que existiram muitos outros<sup>5</sup>, contribuíram para o que se pode chamar de avanço da fronteira agrícola sobre o oeste do Brasil e também para terras estrangeiras. Esse avanço, é importante que se diga, não foi em nada desproposital. Muito pelo contrário, pois incentivou um outro avanço, diretamente ligado ao primeiro, qual seja, o demográfico, tendo em vista que milhões de migrantes “invadiram” os Estados da Região Centro-Oeste.

Em 1950 a população da Região Centro-Oeste era de 1.736.965 milhão de pessoas. Em 1960 passou para 3.006.866 milhões de habitantes. No ano de 1970 aumentou para 5.167.203 milhões. Em 1980 a população já era de 7.544.795 milhões de sujeitos (AJARA, 1988: 127). Grande parte desse aumento populacional ocorreu nas zonas urbanas. Tanto isso procede que no ano de 1950 a população urbana da Região Centro-Oeste era de 423.497 mil pessoas e a rural era de 1.313.468. Já em 1980 a população rural era de apenas 2.430.198 milhões de pessoas, sendo que a urbana era de 5.114.597 milhões de habitantes (AJARA, 1988: 128).

Comparativamente, enquanto que o total da população brasileira cresceu em média 2,4% de 1960-75, a população da Região Centro-Oeste cresceu 4,7% no mesmo período. A população rural brasileira aumentou 0,6% nessa época, sendo que a do Centro-Oeste cresceu 2,8%. Já a população urbana do Brasil aumentou 4,4%, de 1960-75, sendo que a da Região Centro-Oeste cresceu a uma taxa de 7,3% neste período citado (FIBGE, 1982).

Nas cidades houve sim aumento populacional e, também, demográfico (FIBGE; SDDI/MS, 2003). Contudo, no campo o aumento demográfico não foi tão intenso quanto nas cidades. Isso porque nessas décadas ocorreu elevada migração do campo para as zonas urbanas.

A concentração fundiária e a mecanização da produção agro-pecuária, como tão bem demonstra o artigo intitulado *O impacto da soja ao sul de Mato Grosso do Sul: problemas da terra e do homem* (TETILA; MIYASHIRO; COSTA, 1986), seguramente contribuíram em significativa proporção para o êxodo rural, daí o inexpressivo aumento da demografia rural quando comparada com a urbana.

---

<sup>5</sup> São exemplos de outros Programas Especiais: o Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), que muito auxiliou na modernização da bovinocultura pantaneira, entretanto, a concretização dos objetivos ficou muito aquém do que tinha sido proposto, e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

Portanto, a migração ocorrida no território que atualmente compõe o Estado de Mato Grosso do Sul não se deu apenas de outras Unidades Federativas do Brasil para o então sul de Mato Grosso. Outros tantos migrantes vieram do interior do próprio Estado para as cidades de maior porte, em particular para as de Campo Grande e de Dourados.

Sobre a migração de outros Estados, no decorrer desse período, especificamente no sul de Mato Grosso, chegaram cerca de 500 mil sujeitos, sobretudo provenientes dos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Goiás e Rio Grande do Sul. Essas pessoas, por várias razões, vinham para a região em busca de uma vida melhor, em especial no aspecto econômico (MORO, 2006b).

Na verdade, pode-se dizer as políticas públicas e os empreendimentos privados expulsaram boa parte dos trabalhadores rurais e indígenas dos territórios que os mesmos ocupavam e nos quais desenvolviam majoritariamente a agricultura de subsistência e a pecuária leiteira. Sem dúvida as zonas urbanas das municipalidades de Campo Grande e de Dourados, cujas infra-estruturas eram limitadas, “sofreram” com a chegada de milhares de migrantes do campo (MORO, 2006a).

Dito isso, não se pode esquecer que os avanços das fronteiras agrícola e demográfica não pararam na linha da divisa internacional, pois avançaram sobre os territórios paraguaio e boliviano.

No caso paraguaio é pertinente frisar que pelo menos desde a década de 1870 o Brasil exerce grande interferência nos destinos desta nação latino-americana. Em 1874, logo após o término da Guerra contra o Paraguai, este país perdeu 1.580 Km<sup>2</sup> de terras para o Brasil, de acordo com Víctor Ayala Queirolo (1969).

Durante la demarcación, un Protocolo, fechado el 7 de enero de 1874, firmado por el Ministro de Relaciones Exteriores José del Rosario Miranda y por el Consejero Imperial Antonio José Duarte Gondim entregó al Brasil 1580 kilómetros cuadrados del rico territorio comprendido entre el Río Apa y el Arroyo Estrella (QUEIROLO, 1969: 196-197).

Na obra intitulada *História diplomática do Brasil*, de autoria de Delgado de Carvalho (1959), consta 1872 como sendo o ano no qual foi assinado “um tratado de limites” entre o Brasil e o Paraguai.

O PODER LEGALIZADO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA NO SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO (DÉCADAS DE 1960-70) - por Nataniél Dal Moro

---

O Tratado de Limites fixa como fronteira entre os dois países, o álveo do rio Paraná, da foz do Iguazu às Sete Quedas, do Salto Grande das Sete Quedas a linha segue até a Serra de Maracaju e, em reta, se aproxima da Serra de Amambai que segue até a nascente do rio Apa, baixando pelo álveo deste rio até sua foz na margem oriental do rio Paraguai (CARVALHO, 1959: 95).

Na década de 1950 foram feitos acordos entre o Brasil e o Paraguai, período no qual este último país procurou se afastar da Argentina e firmar ainda mais relações com o Brasil. Data de 1956 a construção da ponte da Amizade sobre o rio Paraná, ligando a cidade de Foz do Iguazu (Paraná-Brasil) ao Paraguai. Na década de 1970 se deu a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, que à época era a maior usina hidrelétrica do mundo. Perdeu tal posto no ano de 2006, quando começou a funcionar a Usina Hidrelétrica de Três Gargantas, na China.

Em 1956 o General Alfredo Stroessner impôs ao Paraguai o que se convencionou chamar de “crescimento para fora”. Para Alberto Carbone e Walter Sotomayor (1996: 28), o

[...] crescimento para fora implicava o aumento da produção agropecuária. Stroessner decidiu iniciar uma marcha para o Leste, componente da abertura efetuada em relação ao Brasil. Com o objetivo de expandir a fronteira agrícola, foram criados os instrumentos para uma reforma agrária no âmbito de um novo órgão denominado Instituto de Bem-Estar Rural (IBR), cuja tarefa era a de assentar famílias de camponeses na região oriental do Paraguai. Cada família recebeu vinte hectares de floresta. Entre 1954 a 1981, foram ocupados 2,8 milhões de hectares, dos quais 50% na fronteira com o Brasil.

Bem lembram os referidos autores que, na prática, pouca coisa se deu tal qual nos projetos:

A marcha para o leste foi mais um exercício de deportação maciça de camponeses, isso devido à falta de meios oferecidos aos “beneficiários” dos programas do Instituto de Bem-Estar Rural – estradas, infra-estrutura, créditos e assistência técnica. Entretanto, a porta abriu-se também para os agricultores brasileiros, que se beneficiaram do financiamento externo.

Essa nova fronteira agrícola passou, sem escalas, de uma cultura pobre de subsistência para uma agricultura de mercado, definida por extensas plantações de soja. Essa região é responsável pela produção de 95% da soja, 90% do trigo, 50% do algodão e 60% do tabaco paraguaios (CARBONE; SOTOMAYOR, 1996: 28).

O PODER LEGALIZADO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA NO SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO (DÉCADAS DE 1960-70) - por Nataniél Dal Moro

---

*“A presença de brasileiros na agricultura do Paraguai começou nos primórdios de 1950. O primeiro grande nome brasileiro a comprar terras no Paraguai foi Geremias Lunardelli, o “rei do café” (MENEZES, 1987: 133). Contudo, a maior parte dos imigrantes brasileiros só chegou ao Paraguai na década de 1970, principalmente após o Tratado de Itaipu, que se deu no mês de abril de 1973.*

Mas por quais outros motivos os brasileiros emigraram para o Paraguai? Vejamos os itens elencados por Alfredo da Mota Menezes (1987: 135-136):

1. qualidade das terras;
2. pressão e expansão dos latifundiários sobre as pequenas propriedades, principalmente nos Estados de São Paulo e do Paraná;
3. crescimento e uso de tecnologia no setor agrícola no Brasil e a liberação da mão-de-obra rural para emigrar para o Paraguai;
4. facilidades oferecidas pelas companhias colonizadoras;
5. preço da terra no Paraguai;
6. ausência de leis específicas que regulassem a venda de terras paraguaias para estrangeiros e
7. preço da soja no mercado internacional na década de 1970.

Para exemplificar o quanto a terra paraguaia era barata em relação à terra brasileira é oportuno mencionar que com o dinheiro da venda de 1 alqueire no Município de Toledo, oeste do Estado do Paraná, era possível comprar cerca de 30 alqueires no Paraguai (MENEZES, 1987: 137).

Em 1982 havia aproximadamente 420 mil brasileiros vivendo no Paraguai. Oficialmente, isso com dados referentes ao ano de 2008, o número de brasileiros morando no Paraguai era de 300 mil.

Contudo, em 2004, extra-oficialmente, existiam 450 mil brasileiros e seus descendentes residindo nesse país, sendo que desse total cerca de 75% estava em situação ilegal (TREZZI, 2004: 36).

Na Bolívia havia outros tantos. Geralmente, a maior parte desses brasileiros – muitos chamados de sojeiros – trabalhava em atividades rurais, em especial com as agrícolas e, em particular, com a cultura da soja (WAGNER, 2004: 2). Ademais, os brasileiros residentes no Paraguai são os mais expressivos produtores de soja.

De acordo com dados publicados na edição de setembro de 2008 da *Revista Dinheiro Rural*, o Paraguai é o 4º produtor mundial de soja. E mais: quase 100% desta soja foi produzida nas terras de brasileiros, dentre os quais estão pessoas como Silvio Santos (proprietário/acionista do SBT-Sistema Brasileiro de Televisão) e também os apresentadores Gugu Liberato, Ratinho e Hebe Camargo. O maior produtor individual de soja do Paraguai era, no ano de 2008, o catarinense Tranquilo Favero. Tinha mais de 45 mil hectares de terra (VITAL, 2008) <sup>6</sup>.

Em dados estatísticos, essa cultura agrícola representa quase 45% das exportações desse país. Cerca de 45% da carne exportada pelo Paraguai e 90% da soja são produzidas em propriedades de brasiguaios, nome pelo qual são chamados os brasileiros que vivem no Paraguai. De certa forma, esses dados ilustram o que vem sendo chamado de imperialismo verde-amarelo sobre a América Latina (TREZZI, 2004: 4-5).

Em razão dessa realidade e de inúmeros outros aspectos, como o ambiental e o cultural, seguramente aqui não mencionados, pode-se dizer que as fronteiras agrícola e demográfica foram muito além do simples desenvolvimento econômico, pois interferiram na vida de milhões de sujeitos, tanto dos residentes nas zonas rurais como dos que habitavam nas zonas urbanas.

### **Considerações finais**

O avanço da fronteira agrícola, em particular a monocultura da soja, sobre terras da Região Centro-Oeste do Brasil e países fronteiriços ajudou a consolidar a economia brasileira.

A fronteira demográfica, por sua vez, contribuiu para que esse espaço tivesse grande valorização territorial e significativo aumento da sua densidade populacional, sobretudo nas zonas urbanas. Contribuiu igualmente para a intensificação de inúmeros problemas citadinos, sobrecarregando ainda mais as precárias infra-estruturas escolares e médicas existentes, que na verdade nunca conseguiram atender humanamente os novos e em geral empobrecidos moradores do espaço urbano.

---

<sup>6</sup> Esta questão foi abordada de forma mais pontual no Simpósio 126 “A importância das migrações no mundo contemporâneo”, coordenado pela Profa. Dra. Márcia Maria Cabreira Monteiro de Souza, durante a V Semana Acadêmica da PUC-SP/II Congresso de Pesquisa Discente, realizada entre os dias 27 de outubro e 1º de novembro de 2008. A comunicação que apresentei tinha o seguinte título: “Uma fronteira que divide e outra que integra: sojicultores brasileiros no Paraguai e na Bolívia”.

Portanto, as fronteiras que romperam os limites territoriais, tanto municipais, estaduais como os da Federação brasileira, foram, em significativa proporção, as responsáveis pela configuração econômica e demográfica que existe no Estado de Mato Grosso do Sul. Quais sejam: uma economia calcada no binômio boi-soja e uma forma de residir que é majoritariamente urbana e não rural.

Com a presença de assentamentos rurais esta realidade está, aos poucos, sendo mudada em algumas municipalidades; o Município de Sidrolândia-MS é um exemplo disso, tal como demonstram os trabalhos de Célia Regina Pirolo dos Reis (2002) e de Marivan Marcos Paiva Ribas (2003).

Caso não fosse o avanço da fronteira agrícola e o aumento da fronteira demográfica que “invadiram” o então sul de MT no decorrer das décadas de 1960-70, bem como o êxodo rural, dificilmente, MS teria a expressividade econômica que o caracteriza no início do século XXI, já que a produção, mas é claro que não apenas a agrícola, é exportada para inúmeros países e fornece matéria-prima para várias indústrias.

Também não se pode deixar de mencionar que boa parte das periferias das municipalidades de cidades como Campo Grande e Dourados foram formadas em razão das políticas de modernização agro-pecuárias custeadas pelo poder legalizado do governo federal que, como tão bem externou Graziano da Silva (1982: 40), foi uma “[...] modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado”.

### Referências bibliográficas

ABREU, Silvana de. *Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense: contexto, propósitos e contradições*. 2001. 328 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001.

AJARA, Cesar. População. In: FIBGE. *Geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1988, v. 1, p. 123-148.

BERMANN, Célio. Crise ambiental e as energias renováveis. In: *Revista Ciência e Cultura: temas e tendências*. Núcleo Temático: Energia, ambiente e sociedade. São Paulo: SBPC, ano 60, n. 3, p. 20-29, jul./set. 2008.

CARBONE, Alberto; SOTOMAYOR, Walter. *Stroessner: autonomia de uma ditadura*. Brasília: Paralelo 15, 1996.

CARVALHO, Delgado de. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1959.

O PODER LEGALIZADO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA NO SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO (DÉCADAS DE 1960-70) - por Nataniél Dal Moro

FERREIRA, Paulo Roberto; SOUZA, Iran de; PASSOS, Carmem. O momento é dos gaúchos. *Balanço anual 98 – Pará*, Belém, Gazeta Mercantil, ano III, n. 3, p. 18-21, jun. 1998.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). *Censo Demográfico – 1980 – Estado de Mato Grosso do Sul*. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

\_\_\_\_\_. Setor de Documentação e Disseminação de Informações (SDDI/MS). *Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991; contagem da população 1996 e Censo 2000*. Campo Grande: IBGE-SDDI/MS, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

KUCK, Cláudio. O Oeste mais perto. *Revista Veja*, São Paulo, p. 88-92, 19 set. 1984.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos limites do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). *Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul – 1979*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980*. Campinas: Papirus, 1987.

MORO, Natalim Dal. *Entrevista*. 6 jan. 2009. Entrevistador: Nataniél Dal Moro. Campo Grande-MS, 2009.

MORO, Nataniél Dal. “Capital Econômica de Mato Grosso” (Década de 1950). In: *Anais do 3º Encontro de Iniciação Científica e 3º Fórum de Pesquisa*. Umuarama: UNIPAR, p. 31-32, 2004.

\_\_\_\_\_. Migração, trabalho e economia no sul de Mato Grosso. In: *Caderno de Resumos do II Congresso Sul-Americano de História*. Passo Fundo: UPF, p. 146-147, 2005.

\_\_\_\_\_. População rural e população migrante na “constituição populacional do espaço urbano” da cidade de Campo Grande. In: *Programa e Resumos do VIII Encontro de História de Mato Grosso do Sul: história e historiografia no século XXI: ações e representações*. Dourados: UFGD, out. 2006a.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores migrantes no sul de Mato Grosso nas décadas de 1960-1970. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 58., 2006, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* São Paulo: SBPC/UFSC, 2006b. Disponível em: <[http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo\\_417.html](http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo_417.html)>. Acesso em: 5 abr. 2007.

\_\_\_\_\_. *Uma fronteira que divide e outra que integra: sojicultores brasileiros no Paraguai e na Bolívia*. Comunicação apresentada na V Semana Acadêmica da PUC-SP/II Congresso de Pesquisa Discente da PUC-SP, out./nov., 2008.

QUEIROLO, Víctor Ayala. *Historia de la cultura en el Paraguay*. Asunción: Salesiana, 1969.

O PODER LEGALIZADO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA NO SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO (DÉCADAS DE 1960-70) - por Nataniél Dal Moro

---

REIS, Célia Regina Pirolo dos. *Implantação, avanços, dificuldades e conquistas do Assentamento Capão Bonito em Sidrolândia-MS*. 2002. 90 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 2002.

RIBAS, Marivan Marcos Paiva. *Condicionantes de desenvolvimento local dos assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul: o caso de Capão Bonito II, em Sidrolândia*. 2003. 120 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 2003.

RIBEIRO, Iselda Corrêa. *Pioneiros gaúchos: a colonização do norte matogrossense*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

TETILA, José Laerte Cecílio; MIYASHIRO, Ana Youko; COSTA, Euzanete Medeiros da. O impacto da soja ao sul de Mato Grosso do Sul: problemas da terra e do homem. In: *Revista Científica e Cultural da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*, Campo Grande, UFMS, v. 1, n. 1, p. 31-53, 1986.

TREZZI, Humberto. O Brasil imperialista: a ofensiva verde-amarela. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, p. 4-5, 5 dez. 2004.

\_\_\_\_\_. O Brasil imperialista: “brasileños, fuera!”, gritam agricultores paraguaios. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, p. 36, 6 dez. 2004.

VITAL, Nicholas. Brasiguaios lutam pela terra. *Revista Dinheiro Rural*, ano 5, ed. 47, p. 20-23, set. 2008.

WAGNER, Carlos. O poder da soja: é a vez dos grandes empreendimentos. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, p. 2, Caderno Especial n. 3, 19 out. 2004.

**Recebido em: 27/12/2008**

**Aprovado em: 11/07/2009**